

**EXCELENTÍSSIMO(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DO TRIBUNAL DO
JÚRI E DOS DELITOS DE TRÂNSITO DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX-XX**

Autos : **XXXXXXXX** Processo CNJ: **XXXXXXXX**
Apelante : **FULANO DE TAL**

FULANO DE TAL, qualificado nestes autos, vem
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por intermédio da
Defensoria Pública do Distrito Federal, nos termos do artigo 600 do
Código de Processo Penal, apresentar:

RECURSO DE APELAÇÃO

contra a sentença prolatada à fl. XX, requerendo regular processamento
e ulterior remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e
dos Territórios, após manifestação da Acusação.

XXXXXXXX-XX, 18 de October de 2023.

FULANO DE TAL
Defensor Público Do XXXXXXXX

FULANO DE TAL
Colaborador da XXXXXXXX

Autos : **XXXXXXX** Processo CNJ: **XXXXXXX**
Apelante : **FULANO DE TAL**

Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Colenda Turma
Excelentíssimo Desembargador Relator

1. BREVE SÍNTESE DOS AUTOS

O apelante fora denunciado pela suposta prática do delito previsto no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Em júri, o Conselho de Sentença, por maioria, condenou o réu por homicídio qualificado.

O juiz-presidente fixou a pena em XX (XXXXXX) anos de reclusão, em regime inicial FECHADO.

A Defesa interpõe Apelação.

2. DAS RAZÕES DO APELANTE

2.1. Da Desclassificação do Homicídio Qualificado

Em júri, foram ouvidas as testemunhas (FULANO DE TAL, FULANO DE TAL e FULANO DE TAL) e o acusado.

O acusado responde por homicídio qualificado pela impossibilidade de defesa do ofendido, eis que supostamente a vítima estaria completamente embriagada no momento dos fatos ou foi pega de surpresa, em consequência, em estado reduzido ou impossibilitado de defesa.

Entretanto, **NÃO** foram produzidos, em sede judicial, elementos probatórios que confirmem que a vítima estivesse nesse estado total de embriaguez ou estado de indefesa.

Inicialmente, observam-se os depoimentos das testemunhas ouvidas na segunda audiência (júri).

No tocante ao testemunho do senhor FULANO DE TAL (fls. XX), **NÃO** houve nenhuma informação relevante acerca do estado de embriaguez da vítima.

Quanto aos relatos da segunda testemunha (FULANO DE TAL), fls. XX, alguns trechos do diálogo devem ser destacados:

- Ministério Público (MP) pergunta: *E nesse dia lá no churrasco, **a vítima estava bebendo, ingerindo bebida alcoólica?***
- Testemunha responde: ***Não lembro.***
- Ministério Público: *Não?*
- Testemunha: *Não lembro. [...]*
- Testemunha: *Nós chegamos embaixo do pé de manga e ele falou que tinha matado aquele cara.*
- MP: *Que tinha matado.*
- Testemunha: *Foi.*
- MP: ***Vocês chegaram a ter alguma outra conversa? Você perguntou por quê?***
- Testemunha: ***Não, porque eu não quis mais nem saber de conversa, já me afastei dele.***

No tocante aos relatos da terceira testemunha (FULANO DE TAL) - ouvida na qualidade de informante (fls. XX), esta confirmou seu depoimento extrajudicial, na qual relatou acerca da confissão de FULANO DE TAL para ela, **destacando-se que o seu ex-marido NÃO deu “detalhes de como fez para matar a vítima”.**

Por fim, no que se refere ao interrogatório do acusado, este negou a autoria dos fatos.

Verifica-se nos relatos acima **nenhuma informação relevante a comprovar a presença da qualificadora** que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima. Nenhuma das testemunhas

presenciou o fato, as duas que ouviram a confissão do réu NÃO souberam informar os detalhes do crime. A testemunha que esteve no churrasco NÃO souber informar se a vítima havia ingerido ou não bebida alcoólica. Ou seja, ninguém presenciou ou teve conhecimento de como ocorreu o assassinato.

Ainda que a vítima tenha comparecido a um churrasco no qual havia bebidas NÃO é suficiente para se afirmar que esta estava embriagada e impossibilitada de se defender. Trata-se de **mera presunção**, que NÃO foi devidamente comprovada.

Ademais, em juízo de pronúncia, foram ouvidas diversas testemunhas, inclusive pessoas que estavam presentes no referido churrasco citado na denúncia, e **NENHUMA delas aponta para o fato de que a vítima estava embriagada e (ou) indefesa.**

Ao contrário, prova pericial constatou lesões típicas de gestos de defesa na vítima: “7. *Quanto às feridas perfuro-incisas, incisa e escoriação constatadas no braço direito e antebraço direito do cadáver, elas são típicas de gestos de defesa*” (fl. XX). Ou seja, ao contrário do que narra o Ministério Público, há a possibilidade da vítima ter reagido ao ataque do autor.

Por fim, cita-se o depoimento de FULANO DE TAL (fl. XX) que esteve com a vítima momentos antes do delito e afirma expressamente que “**a vítima não aparentava estar embriagada**”.

Portanto, NÃO há nenhuma prova no sentido de que a vítima estaria impossibilitada de se defender devido ao consumo de álcool. Por outro lado, há prova pericial evidente de que a vítima teve oportunidade de se defender contra as supostas agressões do réu.

Nesse contexto, conclui-se que as provas constantes nos autos se demonstram **frágeis e insuficientes** para comprovar a presença da qualificadora ao caso concreto, NÃO há elementos que possam assegurar com absoluta segurança o estado de impossibilidade ou reduzido de defesa por parte da vítima.

Nesse ponto, o autor Rogério Greco explica acerca da necessidade de ter elementos que possam comprovar a presença da citada qualificadora:

“A fórmula genérica contida na parte final do inciso IV em estudo faz menção à utilização de recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido. Dificultar, como se percebe, é um minus em relação ao tornar impossível a defesa do ofendido. Naquele, a vítima tem alguma possibilidade de defesa, mesmo que dificultada por causa da ação do agente. O tornar impossível é eliminar, completamente, qualquer possibilidade de defesa por parte da vítima, a exemplo da hipótese em que esta é morta enquanto dormia. Deve ser ressaltado que, quando do oferecimento da denúncia, o Promotor de Justiça deverá determinar, com precisão, se a conduta do agente dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido, não podendo consignar a parte final do aludido inciso IV como se fosse uma fórmula de aplicação geral. Se somente dificultou, deverá narrar os fatos que fizeram com que concluísse seu raciocínio nesse sentido; se tornou impossível, da mesma forma, deverá apontar o comportamento do agente que fez com que a vítima não tivesse qualquer possibilidade de defesa. O que não se pode tolerar é o uso indiscriminado da fórmula genérica, como se fossem expressões sinônimas as duas hipóteses.¹”

Também o autor Guilherme de Souza Nucci ensina acerca da indispensabilidade da prova a comprovar a presença da referida qualificadora:

“Entretanto, é preciso agir com cautela para não generalizar, na prática, uma qualificadora que torna a pena do homicídio muito mais grave. Note-se que todo ataque tem uma dose natural de surpresa, pois, do contrário, seria um autêntico duelo. Não se costuma cientificar a vítima de que ela será agredida, de forma que não é o simples fato de iniciar um ataque de súbito que faz nascer a qualificadora. É indispensável a prova de que o agente teve por propósito efetivamente surpreender a pessoa visada, enganando-a, impedindo-a de se defender ou, ao menos, dificultando-lhe a reação.²”

Cita-se, por fim, o precedente da 2ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT):

¹ Greco, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: introdução à teoria geral da parte especial: crimes contra a pessoa/ Rogério Greco. -11. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015. Pág. 158.

² Código penal comentado : estudo integrado com processo e execução penal : apresentação esquemática da matéria : jurisprudência atualizada / Guilherme de Souza Nucci. - 14. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Forense, 2014. Ibooks. Pág. 2141.

PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. AUTORIA. INDÍCIOS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES A QUE SE INCLUA A QUALIFICADORA DO ART. 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL (RECURSO QUE DIFICULTE OU TORNE IMPOSSÍVEL A DEFESA DO OFENDIDO). RECURSO DESPROVIDO. 1. CUIDANDO-SE DE CRIME SUJEITO À COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (TENTATIVA DE HOMICÍDIO NA FORMA QUALIFICADA), PROVADA A MATERIALIDADE DO DELITO, O JULGAMENTO PELO CONSELHO POPULAR SOMENTE SERÁ AFASTADO SE AUSENTES INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA, HAJA VISTA VIGORAR, NESSE AMBIENTE PROCESSUAL, O PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. 2. A QUALIFICADORA DO ART. 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL (USO DE RECURSO QUE DIFICULTE OU TORNE IMPOSSÍVEL A DEFESA DO OFENDIDO), DEVE SER AFASTADA, POR SER MANIFESTAMENTE INCOMPATÍVEL COM OS ELEMENTOS DE PROVA COLHIDOS NOS AUTOS, RESSALTANDO QUE O ÚNICO INDÍCIO DA REFERIDA QUALIFICADORA SE ENCONTRA NA FASE POLICIAL. 3. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - RSE: 754336020088070001 DF 0075433-60.2008.807.0001, Relator: SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, Data de Julgamento: 21/05/2009, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 19/08/2009, DJ-e Pág. 130)

Ante a ausência de provas mais robustas e seguras para embasar o decreto condenatório quanto à qualificadora, deve ser a **reformada a sentença para afastar a qualificadora (inciso IV do art. 121 do Código Penal)**, em consequência, ser imputado ao apelante apenas a figura simples do homicídio.

3. PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a reforma da sentença para **desclassificar** o homicídio qualificado para o homicídio simples previsto no artigo 121, cabeça, do Código Penal, nos termos do artigo 593, inciso III, alínea c, do Código de Processo Penal.

XXXXXX-XX, 18 de October de 2023.

FULANO DE TAL
Defensor Público Do XXXXXX

FULANO DE TAL
Colaboradora da XX